



CÂMARA MUNICIPAL DE UBAJARA

“Seriiedade e Respeito ao Cidadão”.



RESOLUÇÃO Nº. 04/ 2020; de, 29 de Junho de 2020.

EMENTA:

“Dispõe sobre a Fixação dos Subsídios dos Vereadores do Município de Ubajara, Estado do Ceará, para a Legislatura Quadriênio 2021 a 2024, de acordo com a Constituição Federal, na forma do **art. 29, Inciso VI, alínea “b”**, e o **Inciso VII**, e, do **art. 29-A, Inciso I** e seu **§1º**, combinados com **art. 37, Inciso X** e **art. 39, §4º**, e adota outras providências”.

Faço saber que a Mesa Diretora da Câmara Municipal de Ubajara, estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais previstas no inciso VI do artigo 29 da Constituição Federal de 1988 e na forma da Lei Orgânica do Município, aprovou e Eu sanciono a seguinte RESOLUÇÃO:

Art. 1º. - Esta Resolução dispõe sobre a Fixação dos Subsídios dos Vereadores do Município de Ubajara, Estado do Ceará, para a Legislatura Quadriênio 2021 a 2024, de acordo com a Constituição Federal, na forma do **art. 29, Inciso VI, alínea “b”**, e o **Inciso VII**, e, do **art. 29-A, Inciso I** e seu **§1º**, combinados com **art. 37, Inciso X** e **art. 39, §4º**, e ainda, estabelecido na forma do art. 18 combinado com art. 19, Inciso III, e o art. 20, alínea “a”, da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF).

Art. 2º. - Os Vereadores do Município de Ubajara, Estado do Ceará, na legislatura do período de 2021 a 2024, perceberão subsídio mensal fixado em parcela única, nos termos da presente Lei, em restrita observância aos seguintes limites:

I – Limite de 30% (trinta por cento) dos subsídios dos Deputados Estaduais, conforme alínea “b” do Inciso VI do artigo 29, da Constituição Federal de 1988;

II – Limite de 5% (cinco por cento) da Receita do Município, com o Total da Despesa com Remuneração dos Vereadores, conforme disposto no Inciso VII do art. 29, da Constituição Federal de 1988;

III – Limite de 70% (setenta por cento) da Receita Total da Câmara Municipal, com Folha de Pagamento Geral do Poder Legislativo, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores sem os encargos previdenciários, conforme disposto no §1º do art. 29-A, da Constituição Federal de 1988;

IV – Limite de 6% (seis por cento) para Despesa Total de Pessoal do Poder Legislativo em relação ao total da RCL do Município, estabelecido na forma do art. 18 combinado com art. 19, Inciso III, e o art. 20, alínea “a”, da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF).

Art. 3º. - Na forma disposta no artigo anterior, na Legislatura Quadriênio 2021 a 2024 os Vereadores do Município de Ubajara, perceberão Subsídio Mensal fixado em Parcela Única, no valor total de R\$. 6.000,00 (seis mil Reais), a título “Subsídio Vereador”.

Página 1



CÂMARA MUNICIPAL DE UBAJARA

“Seriiedade e Respeito ao Cidadão”.



Art. 4º. - O Vereador Presidente da Câmara Municipal, receberá subsídio mensal diferenciado, que se constituirá de parcela única, acumulando a soma do valor do Subsídio atribuído a função de Vereador e de Presidente, totalizando o valor total de R\$. 8.400,00 (Oito mil e quatrocentos Reais), a título “Subsídio de Presidente”.

Parágrafo Único – O Vice-Presidente que assumir a Presidência em qualquer circunstância, perceberá o subsídio mensal do titular proporcional ao período da substituição.

Art. 5º. - No mês de Janeiro de cada ano desta legislatura, será feita apuração visando dar cumprimento aos limites estabelecidos nas disposições constitucionais e da Lei de Responsabilidade Fiscal na forma disposta no artigo 1º. desta RESOLUÇÃO, e os valores dos Subsídios dos Vereadores e do Presidente da Câmara fixados no art. 2º. e 3º. desta RESOLUÇÃO, respectivamente, poderão ser revistos, podendo ocorrer redução temporária através de Decreto Legislativo da Mesa Diretora da Câmara Municipal, para adequação dos valores e do total das despesas, aos limites e/ou patamares estabelecidos na legislação superior aplicável acima disposta.

Parágrafo Único – As revisões anuais prevista no caput deste artigo, ocorrendo necessidade de reduções para adequação aos limites legais dispostos no artigo 1º. desta Lei, serão de caráter temporária ou transitória, perdurando somente naquele ano e/ou o período necessário enquanto verificar que os valores e o total estejam acima dos limites previstos na legislação superior aplicável acima disposta, voltando aos valores fixados no art. 2º e 3º desta Lei, quando estes estiverem de acordo e em obediência os referidos limites.

Art. 6º. - Respeitados e atendidos todos os limites estabelecidos no art. 2º. desta resolução, os valores dos Subsídios fixados nos artigos 3º. e 4º., poderão ter Revisão Geral Anual a partir de Janeiro de 2022, na forma prevista no Inciso X do art. 37 da Constituição Federal de 1988.

Art. 7º. - No caso de licenciamento por doença, devidamente comprovada por junta médica, o Vereador ou Presidente receberá seu subsídio integral.

Art. 8º. - No caso de ausência de Vereador em representação, a serviço, audiências gerais, congressos, seminários, cursos e demais situações que caracterizem o exercício do cargo, a remuneração será integral, exceto aquelas atividades de caráter particular.

Parágrafo Único – As faltas não justificadas até o dia 30 de cada mês, mediante documentos hábeis, como atestado médico, serão descontados do subsídio do Vereador ausente no percentual de 30% (trinta por cento) de seu subsídio por cada sessão, o qual será retido no mês posterior ao da falta.

Art. 9º. - O Suplente convocado em caso de vaga, por investidura do titular no cargo de Secretário Municipal ou de licença superior a 120 (cento e vinte) dias, perceberá subsídio igual ao fixado para o titular.

Parágrafo Único – Assumindo o Suplente no decorrer do mês, perceberá subsídio proporcional ao período em efetivo exercício da vereança.

Art. 10 - Em observância ao limite de 70% (setenta por cento) de sua receita com folha de



CÂMARA MUNICIPAL DE UBAJARA

"Seriidade e Respeito ao Cidadão".



pagamento de pessoal, incluídas as despesas com subsídios dos Vereadores e do Presidente da Câmara, serão excluídas deste limite as despesas com encargos sociais sobre Folha de Pagamento dos Vereadores e Presidente da Câmara, sendo essas despesas de encargos sociais custeadas com os recursos de 30% (trinta por cento) da Receita do repasse do Duodécimo.

Art. 11 – As despesas decorrentes da aplicação da presente Resolução serão atendidas pelas respectivas dotações do Orçamento da Câmara Municipal para cada Exercício Financeiro da Legislatura Quadriênio 2021 a 2024.

Art. 12 – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, salvo os seus efeitos financeiros que entrarão em vigor a partir de 1º. de Janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Ubajara, Estado do Ceará, em 29 de Junho de 2020.


GRIJALVA PARENTE DA COSTA
Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE UBAJARA

“Juventude e Tradição a Serviço do Povo.”



LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE UBAJARA DE 05 DE ABRIL DE 1990

Atualizada até a Emenda nº 01/2022

Promulgada em 17 de junho de 2022



Ubajara
2022

§ 3º No exercício de suas atribuições, poderão, ainda, as Comissões Parlamentares de Inquérito, através de seu Presidente:

- I. determinar as diligências que reputarem necessárias;
- II. requerer a convocação de Secretário Municipal ou qualquer auxiliar direto do Prefeito;
- III. tomar o depoimento de qualquer autoridade, intimar testemunhas e inquiri-las sob compromisso;
- IV. proceder as verificações contábeis em livros, papéis e documentos dos órgãos da administração contidas nos parágrafos anteriores, no prazo estipulado, facultado ao Presidente da comissão solicitar, na conformidade da legislação federal, a intervenção do Poder Judiciário para fazer cumprir a legislação.

§ 4º As comissões parlamentares de inquérito terão poderes de investigação própria das autoridades judiciais cumulativamente com os de natureza parlamentar.

Art. 22. A Câmara Municipal, bem como qualquer uma de suas comissões, poderá, mediante requerimento aprovado pela maioria simples, presente a maioria absoluta dos Vereadores convocar o Prefeito, os Secretários Municipais, para prestar, pessoalmente, informações sobre assuntos previamente estabelecidos.

§ 1º Desatendendo o Prefeito, sem motivo justo, às convocações da Câmara, quando feitas a tempo e de forma regular, comete infração político-administrativa, ficando sujeito ao julgamento pela Câmara de Vereadores e sancionada com a cassação do mandato.

Art. 23. Fica garantido às entidades legalmente constituídas e representativas de segmentos da sociedade e aos partidos políticos o direito de se pronunciarem nas audiências públicas da Câmara Municipal, bem como nas reuniões das suas comissões técnicas e no Plenário, na forma que o regimento dispuser sempre que se tratar de assuntos relacionados às suas respectivas áreas de atuação e desde que aprovado pela maioria absoluta dos Vereadores.

SEÇÃO V

DAS ATRIBUIÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 24. Compete privativamente à Câmara Municipal exercer as seguintes atribuições, dentre outras:

- I. eleger a Mesa Diretora e dar posse ao Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores;

- II. elaborar o regimento interno;
- III. organizar os serviços administrativos internos com os cargos respectivos;
- IV. propor a criação ou a extinção dos cargos dos serviços administrativos internos e a fixação dos respectivos vencimentos;
- V. conceder licença de afastamento de licença ao Prefeito, ao Vice-Prefeito e aos Vereadores;
- VI. Autorizar o Prefeito a ausentar-se do Município por mais de 15 (quinze) dias;
- VII. O parecer prévio sobre as contas que o Prefeito deve prestar anualmente, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.
 - a) A apreciação das contas do Prefeito se dará no prazo de até 120 (cento e vinte) dias após o recebimento do parecer prévio ou, estando a Câmara em recesso, durante os primeiros 60 (sessenta) dias da sessão legislativa imediata, observado os seguintes preceitos:
 - b) decorrido o prazo sem que se tenha tomado a deliberação, as contas serão imediatamente incluídas na pauta da ordem do dia da sessão subsequente, sobrestando o andamento de qualquer proposição legislativa em tramitação, devendo o Presidente convocar sessão extraordinárias diárias até que se ultime o julgamento do parecer do Tribunal de Contas, sob pena de responsabilidade.
 - c) desaprovadas as contas anuais pela Câmara, o Presidente desta, no prazo de dez dias, sob pena de responsabilidade, remeterá cópia autêntica dos autos ao Ministério Público, para os fins legais.
 - d) no caso de omissão do Presidente da Câmara na remessa da cópia prevista no inciso anterior, caberá ao Tribunal de Contas do Estado comunicar a desaprovação das contas ao Ministério Público.

VII-A. As contas anuais do Município serão apresentadas à Câmara Municipal até o dia trinta e um de janeiro do ano subsequente, ficando, durante sessenta dias, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhe a legitimidade, nos termos da lei e, decorrido este prazo, as contas serão, até o dia dez de abril de cada ano, enviadas pela Presidência da Câmara Municipal ao Tribunal de Contas do Estado para que este emita o competente parecer.

VII-B. O Prefeito Municipal será obrigado a remeter a Câmara Municipal relatório resumido de toda a receita arrecadada e toda a despesa realizada no mês anterior até o dia 30 do mês subsequente, ficando toda a documentação comprobatória a disposição dos vereadores.

§ 1º Fica assegurado aos agentes políticos os direitos constitucionais de terço de férias e décimo terceiro salário, previstos no art. 7º, VIII e XVII e art. 39, §3º da

Constituição Federal de 1988, com base no valor integral do subsídio, e deverá ser pago na mesma data em que for previsto o pagamento para os demais servidores municipais.

§ 2º Os vereadores serão remunerados por subsídio, um terço de férias e décimo terceiro salário.

§ 3º Não havendo a fixação do subsídio do Vereador no prazo determinado neste artigo, prevalecerá a remuneração prevista no último ano da legislatura, ficando assegurada a revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.

§ 4º Caberá à mesa propor projeto de lei dispondo sobre a remuneração dos vereadores para a legislatura seguinte até 30 (trinta) dias antes da eleição, sem prejuízo da iniciativa de qualquer vereador da matéria.

§ 5º Ao presidente da Câmara poderá ser fixado subsídio diferenciado daquele estabelecido para os demais vereadores. Na hipótese, o valor do subsídio do presidente deverá atender o limite constitucional, passando a constituir o teto para o subsídio dos demais vereadores.

VIII. decretar a perda do mandato do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, nos casos indicados na Constituição Federal, nesta Lei Orgânica e na legislação federal aplicável;

IX. autorizar a realização de empréstimos, operação ou acordo externo de qualquer natureza, de interesse do Município;

X. proceder à tomada de contas do Prefeito, através de comissão especial, quando não apresentadas à Câmara, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa;

XI. estabelecer e mudar temporariamente o local de suas reuniões;

XII. deliberar sobre o adiantamento e a suspensão de suas reuniões;

XIII. Conceder, mediante proposta aprovada por dois terços de seus membros, o Título de Cidadão Honorário, no máximo de cinco por vereador durante a legislatura, ou conferir homenagem a pessoa que reconhecidamente tenha prestado relevantes serviços aos interesses públicos ou tenha se destacado no Município pela atuação exemplar na vida pública e particular;

XIV. Solicitar a intervenção do Estado no Município, de acordo com a legislação vigente;

XV. julgar o Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores nos casos previstos em lei federal;

XVI. fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo;

XVII. fixar os subsídios dos Vereadores da Câmara Municipal de Ubajara, em cada legislatura para a subsequente, em até 30% (trinta por cento) do subsídio dos

Deputados Estaduais do Ceará, conforme dispõe o art. 29, inciso VI, alínea "b" da Constituição da República Federativa do Brasil;

XVIII. deliberar sobre os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais fixados por lei de iniciativa da Câmara Municipal, observado o que dispõem os artigos 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I da Constituição Federal, bem como o parágrafo 6º do artigo 37 e o parágrafo 3º do artigo 38 da Constituição Estadual;

XIX. a remuneração do Prefeito e do Vice-Prefeito, será fixada, respectivamente, conforme o que dispõe o parágrafo 6º do artigo 37 e parágrafo 3º do artigo 38 da Constituição Estadual;

XX. criar comissão parlamentar de inquérito sobre fato determinado em prazo certo mediante requerimento de um terço de seus membros.

Art. 25. Compete à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, dispor sobre todas as matérias de competência do Município e especialmente:

I. instituir e arrecadar títulos de sua competência, bem como aplicar suas receitas;

II. autorizar isenções e anistias fiscais e a remissão de dívidas;

III. votar o orçamento anual e plurianual de investimentos, bem como autorizar a abertura de créditos suplementares e especiais;

IV. deliberar sobre a concessão de empréstimos e operações de crédito;

V. autorizar a concessão de serviços públicos;

VI. autorizar a concessão de direito real de uso de bens municipais;

VII. autorizar a concessão, permissão de uso de bens municipais;

VIII. autorizar a alienação de bens imóveis;

IX. autorizar a aquisição de bens imóveis, salvo quando se tratar de doação sem encargo;

X. criar, transformar e extinguir cargos, empregos e funções públicas e fixar os respectivos vencimentos;

XI. criar, estruturar e conferir atribuições aos auxiliares diretos do Prefeito e órgão da administração municipal;

XII. aprovar o plano de desenvolvimento integrado;

XIII. celebrar convênios, acordos ou contratos com a União, o Estado ou outros Municípios para execução de programas, projetos, obras, atividades ou serviços de interesse social, coletivo e comum, bem como parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação, observado o seguinte:

a) O desenvolvimento regional se realiza por meio dos processos de

		<p>orçamentária e até o limite desta.</p> <p>Inciso VI - A contratação de pessoal compete ao ordenador de despesa da Câmara Municipal e não à Mesa Diretora.</p>
14.	<p>Art. 24.</p> <p>I. eleger a Mesa Diretora e dar posse ao Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores;</p> <p>VI. Autorizar o Prefeito a ausentar-se do Município por mais de 15 (quinze) dias;</p> <p>VII. O parecer prévio sobre as contas que o Prefeito deve prestar anualmente, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.</p> <p>a) A apreciação das contas do Prefeito se dará no prazo de até 120 (cento e vinte) dias após o recebimento do parecer prévio ou, estando a Câmara em recesso, durante os primeiros 60 (sessenta) dias da sessão legislativa imediata, observado os seguintes preceitos:</p> <p>b) decorrido o prazo sem que se tenha tomado a deliberação, as contas serão imediatamente incluída na pauta da ordem do dia da sessão subsequente, sobrestando o andamento de qualquer proposição legislativa em tramitação, devendo o Presidente convocar sessão extraordinárias diárias até que se ultime o julgamento do parecer do Tribunal de Contas, sob pena de responsabilidade.</p> <p>c) desaprovadas as contas anuais pela Câmara,</p>	<p>Inciso I - acrescenta a posse dos demais detentores de mandatos municipais.</p> <p>Inciso VI - A jurisprudência firmada pelo Supremo Tribunal Federal - STF aduz que o art. 83 da Magna Carta aplica-se obrigatoriamente, pelo princípio da simetria, nas esferas estadual e municipal, vejamos:</p> <p>A ausência do presidente da República do país ou a ausência do governador do Estado do território estadual ou do país é uma causa temporária que impossibilita o cumprimento, pelo chefe do Poder Executivo, dos deveres e responsabilidades inerentes ao cargo. Desse modo, para que não haja acefalia no âmbito do Poder Executivo, o presidente da República ou o governador do Estado deve ser devidamente substituído pelo vice-presidente ou vice-governador, respectivamente. (...) Em decorrência do princípio da</p>

<p>o Presidente desta, no prazo de dez dias, sob pena de responsabilidade, remeterá cópia autêntica dos autos ao Ministério Público, para os fins legais.</p> <p>d) no caso de omissão do Presidente da Câmara na remessa da cópia prevista no inciso anterior, caberá ao Tribunal de Contas do Estado comunicar a desaprovação das contas ao Ministério Público.</p> <p>VII-A. As contas anuais do Município serão apresentadas à Câmara Municipal até o dia trinta e um de janeiro do ano subsequente, ficando, durante sessenta dias, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhe a legitimidade, nos termos da lei e, decorrido este prazo, as contas serão, até o dia dez de abril de cada ano, enviadas pela Presidência da Câmara Municipal ao Tribunal de Contas do Estado para que este emita o competente parecer.</p> <p>VII-B. O Prefeito Municipal será obrigado a remeter à Câmara Municipal relatório resumido de toda a receita arrecadada e toda a despesa realizada no mês anterior até o dia 30 do mês subsequente, ficando toda a documentação comprobatória à disposição dos vereadores.</p> <p>.....</p> <p>§ 1º. Fica assegurado aos agentes políticos os direitos constitucionais de terço de férias e décimo terceiro salário, previstos no art. 7º, VIII e XVII e art. 39, §3º da Constituição Federal</p>	<p>simetria, a Constituição estadual deve estabelecer sanção para o afastamento do governador ou do vice-governador do Estado sem a devida licença da Assembleia Legislativa. (...) Repristinação da norma anterior que foi revogada pelo dispositivo declarado inconstitucional. [ADI 3.647, rel. min. Joaquim Barbosa, j. 17-9-2007, P, DJE de 16-5-2008.]</p> <p>Portanto, deve o prazo municipal corresponder à redação constitucional, qual seja: 15 dias.</p> <p>Inciso VII - Adequar o dispositivo à redação dada emenda à Constituição Federal N. 19/1998, para incluir as pessoas jurídicas de direito privado na obrigatoriedade prestar contas do erário municipal por elas recebido.</p> <p>As emendas a constituição estadual n. 47/2001 e n. 64/2001 realizaram radicais mudanças na matéria pertinente à fiscalização contábil, incluindo o Sistema de Informação Municipal - SIM, ampliando o prazo para apresentação das contas ao TCE, e outras disposições que interferem significativamente na contabilidade pública.</p>
---	---

	<p>de 1988, -com base no valor integral do subsídio, e deverá ser pago na mesma data em que for previsto o pagamento para os demais servidores municipais.</p> <p>§ 2º. Os vereadores serão remunerados por subsídio, um terço de férias e décimo terceiro salário.</p> <p>§ 3º. Não havendo a fixação do subsídio do Vereador no prazo determinado neste artigo, prevalecerá a remuneração prevista no último ano da legislatura, ficando assegurada a revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.</p> <p>§ 4º. Caberá à mesa propor projeto de lei dispondo sobre a remuneração dos vereadores para a legislatura seguinte até 30 (trinta) dias antes da eleição, sem prejuízo da iniciativa de qualquer vereador da matéria.</p> <p>§ 5º. Ao presidente da Câmara poderá ser fixado subsídio diferenciado daquele estabelecido para os demais vereadores. Na hipótese, o valor do subsídio do presidente deverá atender o limite constitucional, passando a constituir o teto para o subsídio dos demais vereadores.</p>	<p>Quanto ao parágrafo segundo, fica a critério do Parlamento, mas sugerimos que o prazo para julgamento seja ampliado para 120 dias, já que a Constituição Estadual deixou à matéria a cargo da Lei Orgânica.</p> <p>Os incisos constantes do parágrafo segundo devem ser alterados, pois afronta o art. 31 da CF/88 e art. 42 da CE/89, que afirmam peremptoriamente a necessidade de julgamento das contas de governo do Município, através da apreciação do parecer prévio.</p> <p>Inserção dos parágrafos - Os limites do subsídio do Vereador são os previstos no art. 29, VI da CF/88, ou seja, o subsídio do Deputado Estadual e não do Prefeito Municipal, além de estabelecer o direito previsto no art. 7º, VIII e XVII da CF/88, conforme decisão do STF, no RE nº 650.898/RS.</p>
15.	<p>Art. 25.</p> <p>.....</p> <p>XIII. celebrar convênios, acordos ou contratos com a União, o Estado ou outros Municípios para execução de programas, projetos, obras, atividades ou serviços de interesse social, coletivo e comum, bem como parcerias entre a</p>	<p>Inciso XIII - Com o advento da Lei nº 13.019/2014, as organizações da sociedade civil passaram a celebrar o termo de cooperação técnica e não convênio, além de adequar a redação dada pela Emenda à Constituição Estadual</p>



CÂMARA MUNICIPAL DE UBAJARA

"Juventude e Tradição a Serviço do Povo."



PROMULGAÇÃO DA REVISÃO DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE UBAJARA, ESTADO DO CEARÁ.

NÓS, VEREADORES REPRESENTANTES DO POVO UBAJARENSE, REUNIDOS EM SESSÃO DESTINADA A PROMULGAR A REVISÃO DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE UBAJARA, APROVADA NA FORMA DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 27 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ, GUARDADA CONSONÂNCIA COM OS PRECEITOS CONSTITUCIONAIS DO ART. 29 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E, COM OS ARTIGOS 25, 26 E 27 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ, BUSCANDO A REALIZAÇÃO DO BEM ESTAR COMUM E AS ASPIRAÇÕES SOCIAIS, ECONÔMICA, CULTURAIS E HISTÓRICAS, FICA DECRETADO A PROMULGAÇÃO DA REVISÃO DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE UBAJARA, QUE PASSA VIGORAR A PARTIR DA SUA PUBLICAÇÃO.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBAJARA-CE, AOS 17 DE JUNHO DE 2022.

Filipe de Andrade Costa
PRESIDENTE

Maria Aucilene Costa Pereira
VICE-PRESIDENTE

Janicélio Moita de Aguiar
1º SECRETÁRIO

Emílio de Oliveira Silva
2º SECRETÁRIO

Cláudio Carvalho de Mesquita
VEREADOR

Avenida Monsenhor Gonçalo Eufrásio, 412, Bairro Dep. Grijalva Costa

CEP 62.350-000 Fone/fax: 88.3634.1246 e-mail: contatos@cmubajara.ce.gov.br

www.cmubajara.ce.gov.br



CÂMARA MUNICIPAL DE UBAJARA

"Juventude e Tradição a Serviço do Povo."



João Costa da Silva

João Costa da Silva
VEREADOR

Eriberto Evangelista de Santana

Eriberto Evangelista de Santana
VEREADOR

Antônio José Teixeira Neto

Antônio José Teixeira Neto
VEREADOR

Amadeu Pereira de Carvalho
VEREADOR

Benedita Meire S. Martins

Benedita Meire Souza Martins
VEREADORA

Rommell Alencar Paiva

Rommell Alencar Paiva
VEREADOR

Manoel Nonato de Souza

Manoel Nonato de Souza
VEREADOR

Francisca Robenilta Mendonça Conde Carneiro

Francisca Robenilta Mendonça Conde Carneiro
VEREADOR



CÂMARA MUNICIPAL DE UBAJARA

"Juventude e Tradição a Serviço do Povo."



RESOLUÇÃO 001/2022 de 28 de janeiro de 2022.

**DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO NO QUADRO E VALOR DE
DIÁRIAS NA RESOLUÇÃO 001/2013 E RESOLUÇÃO
002/2015. E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE UBAJARA, faz saber que o Plenário aprovou, e eu, **FILIPPE DE ANDRADE COSTA**, Presidente, sanciono e promulgo a seguinte Resolução.

Art. 1º - Altera os Anexos das Resoluções 001/2013 e 002/2015, que dispõe o sobre o Quadro de Diárias e respectivos Valores, passando a vigorar a partir de 1º. de Fevereiro de 2022, em conformidade com o ANEXO ÚNICO desta Resolução, como parte integrante para todos os fins de direito e financeiro.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o quadro de diárias da Resolução Nº 001/2013 e 002/2015.

Paço da Câmara Municipal de Ubajara, Ceará, em 28 de Janeiro de 2022.

**FILIPPE DE ANDRADE COSTA
PRESIDENTE**



CÂMARA MUNICIPAL DE UBAJARA



“Juventude e Tradição a Serviço do Povo.”

RESOLUÇÃO No. 001/2022 de 28 de janeiro de 2022.

ANEXO ÚNICO – QUADRO DE DIÁRIAS E VALORES

CARGO/FUNÇÃO	TIPO	ESPECIFICAÇÕES	VALOR DA DIÁRIA
Presidente da Câmara	Interestadual	Para outros estados	R\$ 1.000,00
Presidente da Câmara	Intermunicipal	Para cidades com distância superior a 200 km	R\$ 500,00
Presidente da Câmara	Regional	Para cidades com distância inferior a 200 km	R\$ 300,00
Presidente da Câmara	Distritos e Localidades	Deslocamento dentro do município	R\$ 150,00
Vereador	Interestadual	Para outros estados	R\$ 600,00
Vereador	Intermunicipal	Para cidades com distância superior a 200 km	R\$ 400,00
Vereador	Regional	Para cidades com distância inferior a 200 km	R\$ 250,00
Assessores e Diretores	Intermunicipal	Para cidades com distância superior a 200 km	R\$ 250,00
Assessores e Diretores	Regional	Para cidades com distância inferior a 200 km	R\$ 100,00
Assessores e Diretores	Interestadual	Para outros estados	R\$. 400,00
Demais funcionários	Intermunicipal	Para cidades com distância superior a 200 km	R\$ 220,00
Demais funcionários	Regional	Para cidades com distância inferior a 200 km	R\$ 100,00
Demais funcionários	Interestadual	Para outros estados	R\$ 400,00

Paço da Câmara Municipal de Ubajara, Ceará, em 28 de Janeiro de 2022.


FILIPE ANDRADE COSTA
PRESIDENTE



CÂMARA MUNICIPAL DE UBAJARA

“Juventude e Tradição a Serviço do Povo.”



Paço da Câmara Municipal de Ubajara-CE, em 28 de Janeiro e 2022.

FILIPE DE ANDRADE COSTA
PRESIDENTE

Avenida Monsenhor Gonçalo Eufrásio, 412, Bairro Dep. Grijalva Costa
CEP 62.350-000 Fone/fax:88.3634.1246 e-mail:contatos@cmubajara.ce.gov.br
www.cmubajara.ce.gov.br

LEI Nº 1498 /2022, DE 14 DE MARÇO DE 2022.

**EMENTA: "DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO
CONCESSÃO E TABELA DE DIÁRIAS DO PODER LEGISLATIVO
MUNICIPAL DE UBAJARA, E ADOTA OUTRAS
PROVIDÊNCIAS".**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE UBAJARA, ESTADO DO CEARÁ, RENÊ
DE ALMEIDA VASCONCELOS**, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais que lhe
são conferidas, e de acordo com a Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara
Municipal de Ubajara, Estado do Ceará, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Municipal:

Art. 1º. Esta Lei autoriza e regulamenta a concessão de Diárias pelo Poder Legislativo Municipal de
Ubajara, estabelecendo os Tipos de Diárias, conforme a Função, Especificações e respectivos
Valores, em conformidade com o ANEXO ÚNICO, parte integrante desta Lei para todos os fins
Legais e Financeiro.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo os seus efeitos para todos os
fins legais e financeiros, convalidado os atos praticados em consonância com os seus termos e forma,
especialmente, convalidados os atos praticados com base na **Resolução Nº 01/2022**, na Resolução
No. 002/2015 e na Resolução No. 001/2013.

Art. 1º. Esta Lei autoriza e regulamenta a concessão de Diárias pelo Poder Legislativo Municipal de
Ubajara, estabelecendo os Tipos de Diárias, conforme a Função, Especificações e respectivos
Valores, em conformidade com o ANEXO ÚNICO, parte integrante desta Lei para todos os fins
Legais e Financeiro.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo os seus efeitos para todos os
fins legais e financeiros, convalidado os atos praticados em consonância com os seus termos e forma,
especialmente, convalidados os atos praticados com base na **Resolução Nº 01/2022**, na Resolução
No. 002/2015 e na Resolução No. 001/2013.

Paço da Prefeitura Municipal de Ubajara, Estado do Ceará, aos 14 (quatorze) de março de
2022.



RENÊ DE ALMEIDA VASCONCELOS
PREFEITO MUNICIPAL DE UBAJARA-CE

LEI Nº 1498/2022, DE 14 DE MARÇO DE 2022

ANEXO ÚNICO - QUADRO DE DIÁRIAS - TIPOS - ESPECIFICAÇÕES E VALORES

CARGO/FUNÇÃO	TIPO	ESPECIFICAÇÕES	VALOR DA DIÁRIA
Presidente da Câmara	Interestadual	Para outros estados	R\$ 1.000,00
Presidente da Câmara	Intermunicipal	Para cidades com distância superior a 200 km	R\$ 500,00
Presidente da Câmara	Regional	Para cidades com distância inferior a 200 km	R\$ 300,00
Presidente da Câmara	Distritos e Localidades	Deslocamento dentro do município	R\$ 150,00
Vereador	Interestadual	Para outros estados	R\$ 600,00
Vereador	Intermunicipal	Para cidades com distância superior a 200 km	R\$ 400,00
Vereador	Regional	Para cidades com distância inferior a 200 km	R\$ 250,00
Assessores e Diretores	Intermunicipal	Para cidades com distância superior a 200 km	R\$ 250,00
Assessores e Diretores	Regional	Para cidades com distância inferior a 200 km	R\$ 100,00
Assessores e Diretores	Interestadual	Para outros estados	R\$. 400,00
Demais funcionários	Intermunicipal	Para cidades com distância superior a 200 km	R\$ 220,00
Demais funcionários	Regional	Para cidades com distância inferior a 200 km	R\$ 100,00
Demais funcionários	Interestadual	Para outros estados	R\$ 400,00

Rua Juvêncio Luis Pereira, nº 514 - Centro - Ubaíjara-CE - CEP 62.350-000
Fone/Fax: (088) 3634-1300 -2091 e - mail: gabinete.pmu@hotmail.com
CNPJ: 07.735.541/0001-07 - CGF: 06.920.165-0



CÂMARA MUNICIPAL DE UBAJARA

“Juventude e Tradição a Serviço do Povo.”



RESOLUÇÃO 002/2022 de 28 de janeiro de 2022.

DISPÕE SOBRE REGULAMENTAÇÃO DA CONCESSÃO DE DIÁRIAS PARA DESLOCAMENTOS DE VEREADORES RESIDENTES FORA DA SEDE DO MUNICÍPIO DE UBAJARA, VISANDO A PARTICIPAÇÃO NAS SESSÕES DO PODER LEGISLATIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE UBAJARA, faz saber que o Plenário aprovou, e eu, **FILIPPE DE ANDRADE COSTA**, Presidente, sanciono e promulgo a seguinte Resolução.

Art. 1º. Esta Resolução regulamenta a Concessão de Diárias para Deslocamento dos Vereadores residentes distantes da sede do Poder Legislativo, visando participação nas Sessões Plenárias (ordinárias, extraordinárias, solenes), estabelece critérios e exigências para sua concessão, estabelecido na forma do **ANEXO ÚNICO - QUADRO TABELA TIPOS DE DIÁRIAS, CONDICIONANTES E VALORES**, parte integrante desta Resolução para todos os fins de direito e financeiro, a partir de 1º. de Fevereiro de 2022.

Art. 2º. Somente será concedida diária para deslocamento visando participação nas sessões do Poder Legislativo, para os Vereadores que residirem com distância superior a 3 (três) quilômetros do local da Sessão Plenária legislativa.

Parágrafo único – Em caso de Sessões itinerantes, que ocorra em local que não seja no Plenário da sede do Poder Legislativo, aplicar-se-á a mesma regra para concessão, adotando-se o limite da distância superior a 3 (três) quilômetros da residência do Vereadores até o local que ocorrerá a sessão plenária.



CÂMARA MUNICIPAL DE UBAJARA

“Juventude e Tradição a Serviço do Povo.”



Art. 3º. Para fazer jus a concessão da Diária de Deslocamento visando a participação nas Sessões Plenárias do Poder Legislativo de Ubajara, fica condicionado as seguintes providências pelo Vereador:

I – Requerer junto a Presidência da Câmara, que dará ciência ao Plenário do Poder Legislativo;

II – Apresentar juntamente com o Requerimento, comprovante de residência e/ou firmar Declaração de que reside com distância superior 3 (três) quilômetros até a Sede do Poder Legislativo, e/ou do Local que se realizará a sessão plenária legislativa itinerante.

Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço da Câmara Municipal de Ubajara, Ceará, em 28 de Janeiro de 2022.

FILIPPE DE ANDRADE COSTA
PRESIDENTE



CÂMARA MUNICIPAL DE UBAJARA

“Juventude e Tradição a Serviço do Povo.”



RESOLUÇÃO No. 002/2022, de 28 de janeiro de 2022.

ANEXO ÚNICO – QUADRO TIPOS DE DIÁRIAS, CONDICIONANTES E VALORES

TIPO DIÁRIA – REFERÊNCIA	CONDICIONANTES DISTÂNCIA	VALOR DA DIÁRIA
DIÁRIA DESLOCAMENTO NÍVEL 1 – Distância Superior a partir de 3 KM até 30 KM.	RESIDÊNCIA DO VEREADOR DISTÂNCIA SUPERIOR A PARTIR DE 3 KM até 30 KM da SEDE do PODER LEGISLATIVO DE UBAJARA e/ou do LOCAL do PLENÁRIO DA SESSÃO ITINERANTE.	R\$. 175,00 (cento e setenta e cinco reais)
DIÁRIA DESLOCAMENTO NÍVEL 2 – Distância superior a partir de 31 KM.	RESIDÊNCIA DO VEREADOR DISTÂNCIA SUPERIOR A PARTIR DE 31 KM da SEDE do PODER LEGISLATIVO DE UBAJARA e/ou do LOCAL do PLENÁRIO DA SESSÃO ITINERANTE.	R\$. 250,00 (duzentos e cinquenta reais)

Paço da Câmara Municipal de Ubajara, Ceará, em 28 de Janeiro de 2022.

FILIPE ANDRADE COSTA
PRESIDENTE



LEI Nº 1500/2022, DE 14 DE MARÇO DE 2022.

EMENTA: "DISPÕE SOBRE OS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE UBAJARA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE UBAJARA, ESTADO DO CEARÁ, RENÊ DE ALMEIDA VASCONCELOS, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais que lhe são conferidas, e de acordo com a Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara Municipal de Ubajara, Estado do Ceará, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Municipal:

Art. 1º. Esta Lei Cria e Altera os cargos de provimento em comissão da Câmara Municipal de Ubajara Ceará, regulamentando a forma de nomeação e exoneração, qualificação da formação, quantidade de vagas e remuneração.

Art. 2º. Os cargos de provimento em comissão dessa casa ficam instituídos, conforme descritos no **ANEXO I – QUADRO DE CARGOS E REMUNERAÇÃO** e no **ANEXO II – QUADRO DE ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS COMISSIONADOS**, como partes integrantes desta Lei.

Art. 3º. Os cargos de provimentos em comissão de que trata esta Lei, são de livre nomeação e exoneração, a qualquer tempo, pelo Presidente da Câmara Municipal de Ubajara Ceará, sendo de caráter transitório e, destinam-se ao melhoramento dos trabalhos legislativos desta municipalidade.

Art. 4º. A carga horária dos ocupantes nos cargos descritos no **ANEXO I** desta Resolução, será de 40 (quarenta) horas semanais, de segunda a sexta feira, além de comparecimento em todas as sessões ordinárias; extraordinárias; solene; comemorativas e especiais.

Parágrafo Único – Os ocupantes de cargos descritivos no Anexo I desta resolução estão, obrigatoriamente, sujeitos a marcação de ponto, devendo anotar na entrada e na saída, em registro manual, mecânico ou eletrônico, devendo haver pré-assinalação do período de repouso.

Art. 5º. Os vencimentos estabelecidos no **ANEXO I** da presente Lei, serão reajustados anualmente, na forma prevista na constituição Federal, sem prejuízo de respeitadas os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo os seus efeitos legais e financeiros, à 1º. de fevereiro de 2022, especialmente, ficando convalidado todos os atos praticados nos termos da **Resolução No. 03/2022**, revogadas todas as suas disposições em contrário

exclusivamente relacionado ao Quadro de servidores Comissionados, preservadas e mantida as disposições vigentes sobre o Quadro Permanente de Servidores Efetivos.

Paço da Prefeitura Municipal de Ubajara, Estado do Ceará, aos 14 (quatorze) de março de 2022.



RENÊ DE ALMEIDA VASCONCELOS
PREFEITO MUNICIPAL DE UBAJARA-CE



ANEXO I

LEI Nº 1500/2022, DE 14 DE MARÇO DE 2022.

CARGOS COMISSIONADOS	QUALIFICAÇÃO FORMAÇÃO	SIMB.	QUANT.	VENCIMENTOS	GRATIFICAÇÃO	TOTAL REMUNERAÇÃO
DIRETOR FINANCEIRO DA CÂMARA	Formação em Nível Superior Ciências Contábeis, Administração, Economia, com registro regular na entidade de Classe.	DFC	1	R\$ 1.500,00	R\$ 2.000,00	R\$ 3.500,00
DIRETOR GERAL DA CÂMARA	Formação em Nível Superior Ciências Contábeis, Administração, Economia, com registro regular na entidade de Classe.	DGC	1	R\$ 1.500,00	R\$ 1.250,00	R\$ 2.750,00
DIRETOR DE SECRETARIA PARLAMENTAR	Nível Médio, Técnico ou Superior em qualquer área.	DSP	1	R\$ 1.500,00	R\$ 1.250,00	R\$ 2.750,00
PROCURADOR GERAL DA CÂMARA	Formação em Nível Superior Bacharel em Direito, com registro regular na entidade de Classe.	PGC	1	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 4.000,00
DIRETOR DE CONTROLE INTERNO DA CÂMARA	Formação em Nível Superior Ciências Contábeis, Administração, Economia, com registro regular na entidade de Classe.	DIC	1	R\$ 1.500,00	R\$ 1.250,00	R\$ 2.750,00
FISCAL DE CONTRATOS DA CÂMARA	Nível Médio, Técnico ou Superior em qualquer área.	FCC	1	R\$. 1.220,00	R\$ 500,00	R\$ 1.720,00
OUVIDOR GERAL DA CÂMARA	Nível Médio, Técnico ou Superior em qualquer área.	OGC	1	R\$. 1.220,00	R\$ 280,00	R\$ 1.500,00
DIRETOR DO ARQUIVO GERAL DA CÂMARA	Nível Médio, Técnico ou Superior em qualquer área.	DAGC	1	R\$. 1.220,00	R\$ 280,00	R\$ 1.500,00

Paço da Prefeitura Municipal de Ubajara, Estado do Ceará, aos 14 (quatorze) de março de 2022.


RENÊ DE ALMEIDA VASCONCELOS
PREFEITO MUNICIPAL DE UBAJARA-CE

ANEXO II – QUADRO DE ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS COMISSIONADOS

LEI Nº 1500/2022, DE 14 DE MARÇO DE 2022.

CARGOS COMISSIONADOS	ATRIBUIÇÕES DO CARGO
DIRETOR FINANCEIRO DA CÂMARA	<ul style="list-style-type: none">• Coordenar a administração das finanças, de acordo com a política administrativa adotada;• Propor planos e programas relativos às matérias de sua competência;• Apresentar ao Diretor Geral, ao final de cada exercício, o relatório das atividades de sua área de atuação;• Dirigir e orientar as Unidades que lhe forem subordinadas;• Instruir os processos de recebimento e pagamento e manter atualizados os respectivos registros;• Assegurar o fornecimento de dados contábeis e financeiros para a elaboração de estatísticas necessárias, como extratos, documentos de despesas e demais demonstrativos financeiros;• Acompanhar a elaboração todas as demonstrações contábeis, bem como a prestação de contas anual;• Executar outras tarefas correlatas e inerentes às responsabilidades da Diretoria Financeira.
DIRETOR GERAL DA CÂMARA	<ul style="list-style-type: none">• Planejar, organizar e coordenar os serviços administrativos e a utilização de recursos humanos e dos materiais;• Pesquisar e propor métodos e rotinas de simplificação e racionalização dos procedimentos administrativos e seus respectivos planos de ação;• Avaliar e controlar resultados de implantação de planos e programas;• Acompanhar e avaliar desempenhos funcionais;• Verificar o funcionamento da Câmara segundo o Regimento e Regulamentos vigente;• Coletar informações para a consecução dos objetivos e metas da Câmara;• Realizar estudos técnicos de apoio às atividades institucionais e administrativas, quando solicitado;• Efetuar levantamentos e manter atualizados dados bibliográficos de temas de interesse da Câmara Municipal;• Planejar e manter os sistemas, supervisionar os serviços de informações e arquivo de documentos manuais e automatizados;• Coordenar as atividades de arquivamento e recuperação de documentos;• Elaborar o fluxo de controle e rotina de trabalho;• Colaborar na fiscalização de obras e serviços contratados pela Casa Legislativa;• Executar outras tarefas correlatas e inerentes às responsabilidades da Diretoria Geral.
DIRETOR DE SECRETARIA PARLAMENTAR	<ul style="list-style-type: none">• Prestar assessoramento direto e apoio legislativo ao Vereadores;• Assessorar os Vereadores no exame, encaminhando a solução, de assuntos políticos e legislativos;• Orientar os demais servidores a receber, despachar, preparar e expedir as correspondências e documentos legislativos;• Coordenar a pauta de reuniões internas e externas dos Vereadores;• Coordenar e executar a programação de audiências, entrevistas, conferências solenidades e outras atividades de representação do interesse dos Vereadores;• Estimular e facilitar a comunicação interna dos Vereadores;• Manter os Vereadores informados sobre os eventos sociais, públicos e privados, em que suas





	<ul style="list-style-type: none"> participações sejam necessárias; Gerenciar a prestação de contas da verba de gabinete se houver; Elaborar estudos e pesquisas para a execução dos projetos e proposições em geral; Elaborar anteprojetos de Leis, exposição de motivos e proposições em geral; Observar e fazer cumprir as disposições da Lei Orgânica, do Regimento Interno e dos demais atos normativos; Disciplinar e fiscalizar as atividades que envolvam o atendimento ao público na câmara municipal; Executar outras tarefas correlatas e inerentes às responsabilidades do Gabinete Parlamentar;
PROCURADOR GERAL DA CÂMARA	<ul style="list-style-type: none"> Representar em juízo ou fora dele a Câmara Municipal nas ações em que esta for Autora, ré ou interessada, acompanhando o andamento do processo e prestando a assistência jurídica necessária e adequada; Analisar e executar as atividades de consultoria e assessoramento em assuntos jurídicos ou judiciários, emitindo pareceres sobre questões de natureza regimental, constitucional, pública, civil e administrativa no âmbito da Câmara Municipal; Examinar e opinar sobre anteprojetos de normas e atos oficiais internos da Câmara Municipal ou de interesse desta; Propor o estabelecimento de normas legais ou regulamentos que envolvam matéria ligada à atividade fim do Poder Legislativo; Manifestar-se sobre o cumprimento de ordens e sentenças judiciais; Elaborar peças técnicas na área jurídica, defendendo os interesses da Câmara; Assistir a Câmara na elaboração e interpretação de contratos, convênios e outros instrumentos legais; Realizar estudos específicos sobre temas e problemas de interesse da Câmara; Prestar informações e esclarecimentos sobre legislação e normas no âmbito da Administração Pública; Coordenar, orientar e participar de atividades relativas a inquéritos e processos administrativos; Compilar e organizar informações relativas a legislação, doutrina e jurisprudência de interesse da Câmara; Acompanhar e assessorar as reuniões legislativas e audiências públicas, emitindo pareceres, quando solicitado; Assessorar as Comissões, emitindo pareceres jurídicos a respeito das matérias sujeitas a exame; Verificar a legalidade das proposições apresentadas, dos projetos oriundos do Executivo, dos elaborados pelo Legislativo, antes da apreciação pelo Plenário e orientar a Mesa Diretora sobre eventuais medidas a serem tomadas; Examinar e opinar em questões relativas a direitos, vantagens, deveres e obrigações do pessoal da Câmara; Acompanhar todos os atos relativos a licitações e contratos; Executar outras tarefas correlatas e inerentes às responsabilidades da Assessoria Jurídica.
DIRETOR DE CONTROLE INTERNO DA CÂMARA	<ul style="list-style-type: none"> fiscalizar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e a execução dos planos orçamentários; Comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia, eficiência das gestões orçamentária, financeira, patrimonial e operacional; Zelar pela obediência das formalidades legais e avaliar os resultados de atos administrativos em geral, acompanhando especialmente a admissão de pessoal, contratos e licitações; Apoiar as unidades da Câmara no exercício institucional do Controle Externo, especialmente emitindo pareceres sobre balanços e balancetes remetidos pelo Poder Executivo; Analisar a prestação de contas anual a ser enviada ao Tribunal de Contas; Recomendar medidas para o cumprimento de normas legais e técnicas;



	<ul style="list-style-type: none"> • Zelar pela observância dos limites gasto com pessoal; • Supervisionar as medidas adotadas pela Presidência, para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite, caso necessário, nos turnos da legislação vigente; • Produzir, sempre que requisitado relatórios destinados, a subsidiar a ação e gestão do Presidente e Unidades da Câmara; • Participar dos processos de expansão e informatização, com vistas a proceder a melhoria contínua das atividades prestadas pelo sistema de controle interno; • Recomendar, acompanhar e avaliar a execução de auditorias e sindicâncias; • Propor à Presidência da Câmara, instruções normativas que busquem estabelecer padronização de procedimentos pelas unidades administrativas, concernentes à ação do sistema de controle interno; • Fornecer informações de interesse público quanto à tramitação de procedimentos internos da Controladoria, mediante requisição oficial; • Promover, organizar e executar programação periódica de auditoria contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional e emitir os respectivos relatórios; • Alertar formalmente a autoridade administrativa competente sempre que tiver conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade prevista em lei; • Comunicar ao Tribunal de Contas a constatação de irregularidade ou ilegalidade de que tiver conhecimento, em conformidade com as normas vigentes; • Indicar providências com vistas a sanar as irregularidades e evitar ocorrências semelhantes; • Assegurar a economicidade das ações legislativas/administrativas nas áreas contábil, orçamentária, financeira, administrativa, patrimonial e operacional; • Controlar desvios, perdas e desperdícios; • Identificar erros, fraudes e identificar os agentes responsáveis; • Apoiar o Controle Externo; • Executar outras tarefas correlatas e inerentes às responsabilidades da Unidade de Controle Interno.
FISCAL DE CONTRATOS DA CÂMARA	<ul style="list-style-type: none"> • Certificar-se de que a contratada está ciente das obrigações assumidas na prestação de serviços e/ou fornecimento de materiais e equipamentos; • Dirigir-se formalmente ao contratado para resolver qualquer problema na execução do objeto. Não obtendo êxito, comunicar formalmente o fato ao setor de Contratos; • Fazer-se presente no local da execução do contrato; • Cobrar da contratada o uso do uniforme e crachá por seus empregados alocados ao serviço, quando assim exigido; • Receber e conferir a nota fiscal do serviço/material emitida pela contratada, certificando (atestando) no documento da primeira via a realização do serviço, na quantidade e qualidade contratada; • Receber todos os documentos necessários, contratualmente estabelecidos, para a liquidação da despesa e encaminhá-los juntamente com a nota fiscal, para o setor competente para registro e pagamento; • Registrar todas as ocorrências, tais como faltas, atrasos, má execução dos serviços etc., da contratada, em livro, documento equivalente ou sistema próprio; • Notificar a contratada em caso de acidente de trabalho e outras ocorrências; • Solicitar ao representante da empresa contratada a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado que embarçar ou dificultar a sua fiscalização, ou cuja permanência na área da Instituição julgar inconveniente; • Solicitar à contratada a substituição de qualquer utensílio, ferramenta ou equipamento cujo uso seja considerado prejudicial à boa conservação dos bens ou instalações, ou ainda, que não atendam às necessidades da Administração; • Abster-se de tomar decisões e adotar providências que ultrapassem sua área de competência; • Todas as anotações referentes ao contrato devem estar agrupadas em um documento (livro,

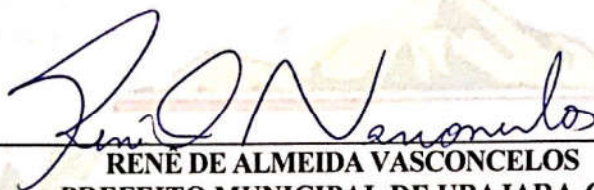


	<p>arquivo digital, ficha etc.) e ao final da contratação deve fazer parte dos arquivos juntamente com o processo de contratação;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Comunicar formalmente e com antecedência o seu afastamento das atividades de fiscalização para que assuma o substituto; • Encaminhar a Nota Fiscal aos setores competentes em tempo hábil para que o registro no sistema de contabilidade e pagamento seja efetuado na maior brevidade possível, com vistas a evitar pagamentos e registros contábeis em atraso; • Comunicar o fim da vigência do contrato de acordo com os seguintes prazos: 90 (noventa) dias de antecedência para contratos de terceirização e 60 (sessenta) dias de antecedência para os demais contratos; • Solicitar, com a concordância da unidade solicitante, o aditamento no prazo e/ou no objeto do contrato; • Assegurar-se que a contratada está fornecendo aos seus empregados os equipamentos de proteção individual – EPI's, com respectivo CA (Certificado de Aprovação) atualizado, conforme a exigência de cada função e posto de trabalho, mantendo ficha de controle de fornecimento de EPI, bem como realizando o treinamento quanto ao seu correto uso; • Verificar se a Contratada está cumprindo todas as obrigações previstas no Edital de Licitação e no instrumento de contrato; • Observar a legislação aplicável, mantendo-se atualizado em relação às suas alterações.
<p>OUVIDOR GERAL DA CÂMARA</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Receber, analisar e encaminhar às autoridades competentes as manifestações, acompanhando o tratamento e a efetiva conclusão das manifestações de usuário perante a Câmara Municipal; • Promover a adoção de mediação e conciliação entre o usuário e a Câmara Municipal, sem prejuízo de análise da matéria por outros órgãos competentes. • Receber, analisar e encaminhar aos órgãos competentes as manifestações da sociedade e dos servidores públicos que lhe forem dirigidas, em especial sobre sugestões, críticas, reclamações, elogios, solicitação de informação ou denúncia atinentes às atividades legislativa e administrativa da Câmara Municipal, violação ou qualquer forma de discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais, ilegalidades, atos de improbidade administrativa e abuso de poder; • Disponibilizar as informações de interesse público; • Divulgar seus serviços no cumprimento de seu papel institucional junto à sociedade; • Identificar problemas no atendimento ao usuário; • Registrar, classificar e controlar a tramitação interna das demandas recebidas por tema, assunto, datas de recebimento e resposta, bem como outras catalogações consideradas necessárias; • Atuar na prevenção e solução de conflitos envolvendo usuários dos serviços; • Promover o intercâmbio de informações e manifestações com outras Ouvidorias; • Exercer suas atividades em estrita observância às competências regimentais em vigor; • Dar prosseguimento às manifestações recebidas; • Informar o cidadão ou entidade sobre a qual órgão deverá se dirigir, quando a manifestação não for de competência da Ouvidoria Legislativa; • Facilitar o amplo acesso do usuário aos serviços da Ouvidoria, simplificando seus procedimentos e orientando os cidadãos sobre os meios de formalização das manifestações a serem encaminhadas à Ouvidoria; • Auxiliar a Presidência na tomada de medidas para sanar as violações, as ilegalidades e os abusos constatados; • Auxiliar a Presidência na tomada de medidas necessárias à



	<p>regularidade dos trabalhos legislativos e administrativos;</p> <ul style="list-style-type: none">• Acompanhar as manifestações encaminhadas pela sociedade civil à Câmara Municipal;• Conhecer as opiniões e necessidades da sociedade para sugerir à Câmara Municipal as mudanças por ela aspiradas
DIRETOR DO ARQUIVO GERAL DA CÂMARA	<ul style="list-style-type: none">• Arquivar todos os documentos enviados pelos órgãos municipais para o Arquivo geral;• Elaborar e manter índices necessários à pronta consulta de qualquer documento arquivado;• Acompanhar a digitalização dos documentos que forem enviados para o Arquivo, para proporcionar a consulta de forma digital;• Manter cadastro de entrega e retirada de documentos arquivados;• Desempenhar outras atribuições correlatas, determinadas pelos superiores hierárquicos.

Paço da Prefeitura Municipal de Ubajara, Estado do Ceará, aos 14 (quatorze) de março de 2022.



RENÉ DE ALMEIDA VASCONCELOS
PREFEITO MUNICIPAL DE UBAJARA-CE



LEI Nº 1501/2022, DE 14 DE MARÇO DE 2022.

EMENTA: "CONCEDE REPOSIÇÃO SALARIAL NOS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES EFETIVOS DO LEGISLATIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE UBAJARA, ESTADO DO CEARÁ, RENÊ DE ALMEIDA VASCONCELOS, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais que lhe são conferidas, e de acordo com a Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara Municipal de Ubajara, Estado do Ceará, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Municipal:

Art. 1º. Fica concedido a revisão anual de que trata o Inciso X do art. 37 da Constituição Federal com reajuste nos vencimentos dos Servidores Efetivos do quadro Permanente do Poder Legislativo Municipal de Ubajara, no índice de 10,16% (Dez Vírgula Dezesesseis por Cento) pontos percentuais, levando-se em consideração o Índice Nacional de Preços do Consumidor para o Salário Mínimo Nacional.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação da presente Resolução serão atendidas pelas dotações orçamentárias da Câmara Municipal.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo os seus efeitos à 03 de janeiro de 2022, para todos os fins legais e financeiros, para os atos praticados em consonância com os seus termos e forma, convalidado todos os atos praticados com base na Resolução Nº 04/2022.

Paço da Prefeitura Municipal de Ubajara, Estado do Ceará, aos 14 (quatorze) de março de 2022.



RENÊ DE ALMEIDA VASCONCELOS
PREFEITO MUNICIPAL DE UBAJARA-CE



CÂMARA MUNICIPAL DE UBAJARA

"Juventude e Tradição a Serviço do Povo."



RESOLUÇÃO nº 004/2023, de 19 de junho de 2023.

EMENTA: "ALTERA o art. 4º. da Resolução No. 04/2020, que dispõe sobre a Fixação dos Subsídios dos Vereadores do Município de Ubajara, e adotada outras providências.

EU, MARIA AUCILENE COSTA PEREIRA, Vice - Presidente da CÂMARA MUNICIPAL DE UBAJARA-CEARÁ FAÇO SABER que a MESA DIRETORA PROPÔS, a Câmara Municipal **APROVOU, SANCIONO E PROMULGO** a seguinte:

RESOLUÇÃO

Art. 1º. Fica alterado os termos do "caput do art. 4º. da Resolução CMU No. 04/2020, de 29 de junho de 2020", passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º. O Vereador ocupante do Cargo de Presidente da Câmara Municipal, receberá subsídios mensal, que se constituirá em parcela única, o valor total de R\$. 7.550,00 (sete mil, quinhentos e cinquenta reais), a título de: "Subsídios de Presidente".

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO DA CÂMARA MUNICIPAL DE UBAJARA-CE, em 19 de junho de 2023.

Maria Aucilene Costa Pereira

MARIA AUCILENE COSTA PEREIRA

Vice - Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE UBAJARA

"Juventude e Tradição a Serviço do Povo."



Ata da 637ª. (seiscentésima trigésima sétima) sessão ordinária da CÂMARA
DE VEREADORES DE UBAJARA.
XX

Aos 18 de novembro de 2022, sexta - feira, às 9 horas da manhã, no plenário José Parente da Costa, sob a Presidência de FILIPE DE ANDRADE COSTA, com assinatura ao final, confirmada a presença dos parlamentares com assento nesta Casa Legislativa, o senhor presidente FILIPE DE ANDRADE COSTA, composta a Mesa dos Trabalhos desta sessão ordinária, ouvido o Hino do Município de Ubajara, solicitou ao senhor vereador **EMÍLIO DE OLIVEIRA SILVA**, segundo secretário, a leitura da **ORAÇÃO DE ABERTURA DOS TRABALHOS**; em seguida, o senhor presidente Filipe de Andrade Costa fez a leitura de trecho bíblico, dando por iniciados os trabalhos Legislativos desta **SESSÃO ORDINÁRIA**. Dando prosseguimento, o senhor presidente Filipe de Andrade Costa, deu início ao **EXPEDIENTE**, lidas as correspondências recebidas no período, de posse da ata da sessão anterior, e já devidamente do conhecimento de todos e de todas do teor da mesma, foi a ata de número 636ª, posta em votação, e após **aprovação** dos parlamentares, será assinada e encaminhada para publicação no sítio eletrônico da Câmara Municipal. Concluída a explanação, o senhor Presidente deu início à apresentação de matérias inscritas na pauta para esta sessão. Matérias para **APRESENTAÇÃO**. Dois projetos de interesse e responsabilidade do Executivo Municipal estavam disponibilizados à Mesa para a apresentação nesta sessão. O **projeto de lei 75/2022**, que dispõe sobre o Licenciamento ambiental, a taxa de licença ambiental e serviços diversos (...) e das outras providências, foi encaminhado para as comissões permanentes da Câmara. O **Projeto de lei 76/2022**, que dispõe sobre a administração pública do município de Ubajara, define a sua estrutura organizacional administrativa, cria cargos em comissão e funções de provimento em comissão e outras providências. A matéria também foi encaminhada para as comissões da Casa. **CONTAS DE GOVERNO** do Exercício Financeiro de 2016. Da responsabilidade do sr. ex - gestor José Romano do Nascimento, foi apresentado o processo de **PRESTAÇÃO DE CONTAS** do Governo do sr. ex - prefeito **JOSÉ ROMANO DO NASCIMENTO** referente ao exercício financeiro de 2016. Pelo sr. Presidente Filipe de Andrade Costa foi lido o parecer do **Ministério Público de Contas - MPC**, que **OPINA** pela **DESAPROVAÇÃO** das citadas contas e, em seguida, foi lido o parecer do Tribunal de Contas do estado do Ceará - **TCE/CE**, que **OPINA** pela **APROVAÇÃO** das mesmas contas de governo do exercício financeiro de

1

VALIDO SOMENTE COM O
SELLO DE AUTENTICACAO
AUTENTICACAO
Câmara Municipal de Ubajara
17 de 04 de 2024
Ela-test
de Verdade

Autenticacao
Câmara Municipal de Ubajara
17 de 04 de 2024
Ela-test
de Verdade



CÂMARA MUNICIPAL DE UBAJARA

"Juventude e Tradição a Serviço do Povo."



2016. O processo, acompanhado dos pareceres mencionados, foi encaminhado para a comissão competente para análise e parecer para **VOTAÇÃO** durante a sessão de 2 de dezembro. **Na ORDEM DO DIA.**

Dando continuidade aos trabalhos, o senhor presidente Filipe de Andrade Costa deu início à tramitação de matérias. Foram apresentados os pareceres da comissão competente sobre os projetos de decretos legislativos conforme segue: de números 4, 5, 6, 7 e 8, conforme **RELAÇÃO** a seguir: autoria de Francisca Robenilta Mendonça Conde Carneiro de números 4 e 6, agraciados Evandro Aguiar Azevedo e Maria Otilia Cajado Pinto; 7, de autoria de Benedita Meire Souza Martins, que agracia o sr. Francisco Jácome Sobrinho; e de número 05/2022, de concessão de título de cidadania Ubajarense para agraciar a senhora Meire Lúcia de Almeida Craveiro e sobre o **PDL** de número 08/2022, de concessão de título de cidadania ubajarense para agraciar o sr. Gastão Bittencourt da Silva. Todas as proposições foram à votação, sendo **APROVADAS** por unanimidade. **ELEIÇÃO DA MESA DIRETORA** para o **biênio 2023-2024**. Conforme estabelece o Regimento Interno atualizado, no seu artigo 11, § 2º, a **Eleição da Mesa Diretora** para o Biênio 2023/2024, com chapa única, em **VOTAÇÃO ABERTA**, foi realizada sem percalços de qualquer natureza. E, com um **VOTO CONTRA** do vereador **MANOEL NONATO DE SOUZA**, Marilto, a chapa com a seguinte composição: **FILipe DE ANDRADE COSTA**, presidente; **MARIA AUCILENE COSTA PEREIRA**, vice-presidente; **CLÁUDIO CARVALHO DE MESQUITA**, primeiro secretário; e **BENEDITA MEIRE SOUZA MARTINS**, segunda - secretária.

APROVADA por 12 votos, Registre-se que a chapa foi protocolada no devido prazo, em 25 de outubro p.p. A posse da nova Mesa Diretora acontecerá em primeiro de janeiro de 2023, quando será assinado o **Ata de Posse**. O vereador Manoel Nonato de Souza pediu registro em seguinte expressão: "que **Tinha interesse em registrar chapa, mas que não teve conhecimento dos prazos estabelecidos no Regimento Interno para registro**". O sr. Presidente, rebatendo, afirmou que a atualização feita no Regimento Interno, aprovada e proposta por todos os vereadores em 15 de fevereiro de 2022, teve a ciência, participação e aprovação do **MANOEL NONATO DE SOUZA**, estando disponível no site da Câmara Municipal a versão eletrônica e nos gabinetes dos vereadores e secretários da Câmara a versão impressa. Em seguida, o senhor Presidente autorizou o início da **ORATÓRIA**, concedendo a palavra ao colega vereador **ROMMEL ALENCAR PAIVA** o qual apenas agradeceu aos colegas vereadores pelo comparecimento à inauguração da praça que homenageia Maria Socorro Alencar Paiva, sua genitora, evento ocorrido em data recente nesta Cidade,



CÂMARA MUNICIPAL DE UBAJARA

"Juventude e Tradição a Serviço do Povo."



de obras e governo municipal objetivando a rápida recuperação maquinário utilizado na recuperação das estradas do Município, buscando antecipação à chegada do inverno que, com certeza, vai deixar muitas comunidades da serra e do sertão com sérias dificuldades de locomoção. **ERIBERTO EVANGELISTA DE SANTANA** repetiu pedido de reconstrução da praça jornalista Edmundo Macedo, no bairro São Sebastião. **MANOEL NONATO DE SOUZA** parabenizou conselheiros tutelares do município de Ubajara. Pediu à Mesa o envio de convite à presidente do Conselho Municipal de educação para falar sobre precatórios e sobre abono para professores municipais, neste final de ano. O vereador Marlito criticou a administração municipal por não tomar as providências objetivando a recuperação de praças públicas, citando a praça da igreja matriz e a praça João Ribeiro Lima, em Monte Castelo, e a constante manutenção das mesmas. O vereador também se referiu à questão da reforma do estádio O Eudão e do ginásio professor Raimundo Ferreira de Sousa, há bastante tempo sem manutenção. Marlito sugeriu a construção de calçamento em Araticum e em trecho da via de entrada da vila Chapada. **BENEDITA MEIRE SOUSA MARTINS** pediu envio de ofício à secretária de educação do Município, solicitando informação sobre a existência ou não de estimativa de saldo do Fundeb para rateio com os professores municipais. A vereadora Benedita Meire solicitou envio de convite ao sr. Prefeito Municipal, à senhora secretária de educação e à presidente do Conselho do Fundeb para falar sobre a situação do saldo do Fundeb e do possível e oportuno rateio para os profissionais de educação do Município. A vereadora Meire Martins pediu que o senhor secretário de esportes do Município se manifestasse visando apoiar os dirigentes dos times de futebol de Ubajara, liberando necessários equipamentos para os mesmos, os quais precisam de bolas, redes, troféus, e outros itens para o dia-a-dia das atividades. A vereadora procurou realizar em favor do lazer dos desportistas. A vereadora pediu que a secretaria de saúde, com a coordenação da vigilância epidemiológica, ACS e ACEs, tome as providências cabíveis no tocante à questão dos cães que apresentam contaminação com calazar em Araticum e Monte Castelo. A vereadora sugeriu ainda que a coordenação da vigilância epidemiológica procure atuar com maior efetividade, objetivando soluções para os problemas com mais eficácia e rapidez. **FRANCISCA ROZENILTA MENDONÇA CONDE CARNEIRO** pediu agilização de providências objetivando a liberação das máquinas para a realização dos reparos nas estradas sertanejas, pedindo esclarecimentos sobre a condição do veículo de coleta do lixo do sertão. A vereadora Francisca Rozenilla também defendeu a

4

SELO DE AUTENTICAÇÃO
VALIDO SOMENTE COM O
SELO DE AUTENTICAÇÃO

AUTENTICAÇÃO
O Secretário do Município
de Ubajara, em 13 de 04 de 2024
Em Teste, de Verdade,
Ubaldo

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE SAÚDE
SECRETARIA DE ESPORTES
SECRETARIA DE CULTURA
SECRETARIA DE TURISMO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
SECRETARIA DE FINANÇAS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DE LEGISLAÇÃO
SECRETARIA DE FISCALIA
SECRETARIA DE CONTABILIDADE
SECRETARIA DE INFORMÁTICA
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO
SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE AGRICULTURA
SECRETARIA DE Pecuária
SECRETARIA DE INDÚSTRIA
SECRETARIA DE COMÉRCIO
SECRETARIA DE TRANSPORTES
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
SECRETARIA DE ENERGIA
SECRETARIA DE SANEAMENTO
SECRETARIA DE HABITACIONAL
SECRETARIA DE PROTEÇÃO SOCIAL
SECRETARIA DE DEFESA CIVIL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO CULTURAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO LINGÜÍSTICO
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO ETNOLÓGICO
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO FAUNÍSTICO
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO FLORÍSTICO
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO GEOLÓGICO
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO PAISAGÍSTICO
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO SÓCIOECONÔMICO
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO SÓCIOCULTURAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO SÓCIOAMBIENTAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO SÓCIOINFORMATICO
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO SÓCIOLEGAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO SÓCIOFISCAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO SÓCIOCONTÁBIL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO SÓCIOINFORMÁTICO
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO SÓCIOCOMUNICACIONAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO SÓCIOINTEGRACIONAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO SÓCIOINOVACIONAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO SÓCIOINTELECTUAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO SÓCIOINVESTIMENTAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO SÓCIOINSTITUCIONAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO SÓCIOINTEGRACIONAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO SÓCIOINOVACIONAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO SÓCIOINTELECTUAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO SÓCIOINVESTIMENTAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO SÓCIOINSTITUCIONAL



CÂMARA MUNICIPAL DE UBAJARA

"Juventude e Tradição a Serviço do Povo."



liberação de rateio do saldo do Fundeb para os professores municipais, "já que o precatório está difícil", conforme as suas palavras. A vereadora sugeriu que o senhor secretário de obras se manifeste e faça uma visita ao lixão localizado na comunidade de Suminário, que envolve todo o entorno, provocando problemas de saúde nas populações ali residentes e defendeu novamente a implantação de unidade de saúde da família para atender a população de Suminário, considerando o grande número de famílias ali instaladas. MARIA AUCILENE COSTA PEREIRA, vice-presidente, agradeceu ao senhor secretário de agricultura do Município pela realização do roço nas margens da estrada do distrito de Nova Veneza até a comunidade de Tucurus. A vereadora informou que logo mais será recuperada e restaurada a praça João Benício da sede do distrito, bem como o trecho de estrada de acesso ao Poço de Areia. Sem mais a registrar, o sr. Presidente **FILipe DE ANDRADE COSTA**, convidando os parlamentares para a próxima sessão, a ser realizada em 2 de dezembro, conforme estabelece o **Calendário de Sessões Ordinárias**, solicitou que eu, primeiro secretário, lavrasse a presente ata, a qual será antecipada eletronicamente para todos os parlamentares, sendo assinada ao final, em sinal de sua aprovação.

5

AMADEU PEREIRA DE CARVALHO

ANTONIO JOSÉ TEIXEIRA NETO

BENEDITA MEIRE SOUZA MARTINS

CLÁUDIO CARVALHO DE MESQUITA

EMÍLIO DE OLIVEIRA SILVA

AUTENTICAÇÃO
Cartório do 1º Ofício
Ubaajara - Ceará

A presente cópia fotostática
conferi com o original exibido
nestas notas. Dou fé.

Ubaajara, 17 de 04 de 2024
Em test. de 2024

VALIDO SOMENTE COM O
SELO DE AUTENTICIDADE



RECONHECIMENTO DE FIRMA
Reconheço a(s) Firma(s) de
BENEDITA MEIRE SOUZA MARTINS
por SEMELHANÇA () AUTENTICIDADE
O referido é verdade e dou fé.
Ubaajara, 17 de 04 de 2024
Em test. de verdade



() Eduardo Soares Lima de Carvalho
TABELÃO TITULAR
+ Francisco Nildo Gomes Aguiar
+ Caroline dos Santos Jôcome
+ Ariadna Meire Pessoa
Escritórios Substitutos



CÂMARA MUNICIPAL DE UBAJARA

"Juventude e Tradição a Serviço do Povo."



ERIBERTO EVANGELISTA DE SANTANA

FRANCISCA ROBENILTA MENDONÇA CONDE CARNEIRO

JANICÉLIO MOITA DE AGUIAR

JOÃO COSTA DA SILVA, João dos Anjos

MANOEL NONATO DE SOUZA, Marlito

MARIA AUCILENE COSTA PEREIRA

ROMMEL ATENCAR PAIVA

FILIFE DE ANDRADE COSTA
Presidente



AUTENTICAÇÃO
Cartório do 1º Ofício
Ubaajara - Ceará

A presente cópia fotostática
confere com o original exibido
nestas notas. Dou fé.
Ubaajara, 17 de 04 de 2024
Em test. [Signature]
de Verdade.

VALIDO SOMENTE COMO
SELO DE AUTENTICIDADE

